

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO**

**PAULO FERNANDES AMORIM**

**A BANALIZAÇÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR  
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**BAURU**

**2021**

# **CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO**

## **A BANALIZAÇÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Monografia da modalidade PIBIC apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO), sob a orientação da Profa. Dr<sup>a</sup> Flávia Santos Arielo, vinculada ao Centro de Humanas do Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru/SP.

**BAURU**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBD

A524b

Amorim, Paulo Fernandes

A banalização do pensamento conservador no Brasil contemporâneo / Paulo Fernandes Amorim. -- 2021.  
34f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Santos Arielo

Monografia (Iniciação Científica em Psicologia) - Centro  
Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Conservadorismo. 2. Política. 3. Edmund Burke. 4. Michael  
Oakeshott. 5. Brasil. I. Arielo, Flávia Santos. II. Título.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente ao Centro Universitário Sagrado Coração pela oportunidade única de realizar esta pesquisa em um contexto político em que o tema dela se torna emergente, o que propiciou uma contextualização exata para visualizar os objetivos da pesquisa.

Agradeço, principalmente, à orientadora Dr<sup>a</sup> Flávia Santos Arielo pela paciência perene, por participar de cada etapa do processo nos mínimos detalhes de forma cirúrgica, por ter doado momentos significativos de seu tempo para fazer esta pesquisa acontecer, pela empatia em relação às situações particulares pessoais e por outras situações externas em que auxiliou mesmo não tendo a mínima obrigação como orientadora.

Agradeço, com o valor mais intenso das palavras, a minha namorada por sua presença constante no decorrer da construção deste trabalho. Por ter me apoiado em um ano tão pesado e repleto de adversidades em todos os sentidos, por me fazer não desistir da universidade e por me mostrar, com diplomacia e inteligência emocional que, com paciência e perseverança, tudo é possível.

Nos demais, agradeço a Deus pela sua misericórdia infinita e por sempre me lembrar, querendo eu ou não, das eternas palavras do querido apóstolo: “combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”.

## RESUMO

O projeto aqui apresentado almejou investigar o conservadorismo de Burke e Oakeshott e suas características específicas para compreender a temática do conservadorismo de tradição britânica em comparação com as representações ditas conservadoras no contexto atual brasileiro. Encarregou-se também com a investigação de como o tema do conservadorismo se tornou banalizado e pejorativo na realidade atual brasileira. Seguindo as diretrizes de pesquisa propostas em meados de agosto e setembro do ano passado, o orientando realizou um levantamento bibliográfico em relação a trabalhos acadêmicos e obras pertinentes. Após isto, foi realizada a revisão de literatura para a consolidação da pesquisa e, em seguida, a escrita dos dados encontrados na literatura para a entrega do Relatório Parcial. Os resultados e discussões foram as últimas etapas elaboradas e exigiu a procura de outros autores, artigos e livros para estruturar uma compreensão mais específica acerca de uma temática tão geral que pudesse dimensionar a questão relacionada ao Brasil atual.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Política. Edmund Burke. Michael Oakeshott. Brasil.

## **ABSTRACT**

This research aimed to investigate Burke and Oakeshott's conservatism and its specific characteristics to understand the theme of traditional British conservatism in comparison with so-called conservative representations in the current Brazilian context. It was also responsible for investigating how the theme of conservatism has become trivialized and pejorative in the current Brazilian reality. Following the research guidelines proposed in mid-August and September of last year, the supervisee carried out a bibliographic survey in relation to academic works and pertinent works. After that, a literature review was carried out to consolidate the research and then the writing of data found in the literature for the delivery of the Partial Report. The results and discussions were the last steps elaborated and required the search for other authors, articles and books to structure a more specific understanding of such a general theme that could scale the issue related to today's Brazil.

**Keywords:** Conservatism. Policy. Edmund Burke. Michael Oakeshott. Brazil

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>15</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 BURKE: A ÉGIDE DA RELIGIÃO COMO TRADIÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 BURKE E O IDEAL DA CAVALARIA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.3 OAKESHOTT: NOTAS AO VOCABULÁRIO POLÍTICO AMBÍGUO .....</b>	<b>19</b>
<b>3.4 OAKESHOTT: A AMBIGUIDADE A SERVIÇO DE “DOIS SENHORES” .</b>	<b>21</b>
<b>3.5 A POLÍTICA DA FÉ E A POLÍTICA DO CETICISMO NA ARTE DE GOVERNAR PARA OAKESHOTT .....</b>	<b>22</b>
<b>3.6 ALGUNS AUTORES CONSERVADORES NA HISTÓRIA DO BRASIL ...</b>	<b>24</b>
<b>3.7 O CONSERVADORISMO NO BRASIL ATUAL.....</b>	<b>26</b>
<b>3.8 A BANALIZAÇÃO POR EXCELÊNCIA .....</b>	<b>28</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. Introdução e revisão de literatura

É ponto pacífico que o alicerce capital do pensamento político conservador moderno se encontra nas famosas *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790) de um pensador que não precisa de apresentação: Burke. Segundo Venturi (2003), o pensamento conservador como um conjunto de ideias teve sua gênese para fazer oposição aos pensamentos herméticos do iluminismo e às guinadas sociopolíticas que a Revolução Francesa trouxe. Em essência, o rol de práticas do pensamento conservador na época se pautava na proteção de características específicas e - reitera-se aqui a palavra “específicas” - que faziam alusão, por assim dizer, ao Antigo Regime (NISBET, 1987).

O texto de Burke aqui mencionado estabeleceu os ideais carregados de uma cultura com simbolismos próprios e característicos de uma tradição que, anteriormente, não possuía um corpo teórico consolidado que a decifrasse e a traduzisse de forma coerente. O que talvez seja exótico em Burke é o fato de que a concepção de revolução que ele expõe não possui semelhança alguma com a revolução almejada pelas linhas de pensamentos progressistas da época. Para Burke, a revolução não significava, em essência, uma guinada radical nos pilares de uma sociedade que, por conseguinte, deflagraria em um novo tipo de sociabilidade. Para este irlandês, esta revolução apenas possibilitaria – de forma paulatina – a derrocada de uma ordem e das tradições que levaram décadas para serem construídas (CHALOUB, 2016).

Neste ponto então, fica patente como e de onde surgiu a ideia de que a revolução insurrecional que abalou os pilares da sociedade francesa do século XVIII foi consolidada pelo fanatismo dito dogmático dos jacobinos que usurpou a ordem natural das coisas. Esta ideia que Burke defendia de forma tão ferrenha – a qual, diga-se de passagem, foi motivo de duras críticas por alguns de seus contemporâneos – ainda percorre os discursos conservadores atuais e se faz presente em alguns autores (NISBET, 1987).

Tanto o conservadorismo clássico quanto o conservadorismo dito contemporâneo abdicam em certa medida e intensidade de utopias e ideais tais como a igualdade e a justiça social. Edmund Burke (2014, p. 70) preconiza que



aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão.

Para o autor das Reflexões, a ideia de civilização a qual ele concebia era aquela que aderiu de forma direta aos ideais da cavalaria e da respectiva nobreza de sua época. Para ele, toda mudança e guinada sociopolítica que acontecera no final do século XVIII com a Revolução foi o pior e mais desastroso ataque direto à civilização e às instituições concretizadas no antigo regime. Para Burke, a tão almejada revolução não deveria servir a estes propósitos; por conseguinte “A Revolução foi feita para preservar nossas antigas e indiscutíveis leis, liberdades e aquela antiga Constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade” (BURKE, 2014, p.71).

Outro aspecto vital e de grande importância para adentrar na lógica burkeana e que deve ser sempre citado dado a maneira como ele constrói suas premissas capitais é a visão teleológica e sua relação com o ser social. Ao discorrer sobre o Estado, sobre a sociedade e o ser social é claramente visível como Burke projeta sobre estes conceitos uma ordem essencialmente orgânica e divina devido ao fato dele adotar o cristianismo como fonte de inspiração ao olhar para a atmosfera sociopolítica de sua época.

Com esse olhar também voltado para o tema da igualdade social e da propriedade privada, é possível concluir que Burke concebe sua visão de mundo pela ótica da naturalização das relações sociais existentes em sociedade. Desta forma, temas recorrentes em obras conservadoras tais como a desigualdade social, a justiça social, a divisão das classes sociais acaba agremiados por Burke em uma hierarquia pré-estabelecida a qual corresponde à natureza. Consequentemente, para este autor, aponta Venturi (2003), existe uma estrutura rígida e sólida que não deve ser alterada dentro da sociedade no que diz respeito às relações de poder.

Outros pensadores - no escopo de compreender a sociedade que transmudava-se rapidamente com o pano de fundo da expansão econômica do Império - consolidaram obras de grande valor na investigação dos motivos que

deflagraram transformações socioeconômicas. Em consonância a todas estas transformações ocorrendo a todo vapor, já era possível observar algo que não era tão patente, mas que foi de vital importância para as mudanças dos alicerces da sociedade: o alto Clero já não cerceava e não tinha influência para um empreendimento de impedimento da expressão dos cultos propriamente ditos. Em suma, como aponta Lynch (2017), o Iluminismo da tradição britânica acabou refletindo sobre a sociedade como algo que se desenvolvia através de dois fios condutores: os costumes e o mercado.

Na era em que o Iluminismo jogava seus raios de luz incipientes sobre a ainda Europa opaca, Burke alimentava o conservadorismo embrionário que, obviamente, não possuía nomenclaturas como *conservadorismo* e *liberalismo*. O que se pode discorrer sobre as configurações políticas do contexto da época do autor é que existiam duas facções (alguns preferem o termo “alas políticas”): *whig* e *tory*. A facção dos *tories* associava-se ao grande contingente da aristocracia agrária e identificava-se como o “partido da ordem” que referenciava o *status quo* da época, tendo como primazia também a fidelidade à Coroa e à Igreja da Inglaterra. Diferente da bússola política dos *tories*, os *whigs* já poderiam ser descritos como uma ala de caráter mais progressista pertencente à aristocracia rural e à recente sociedade civil com características iluministas. Burke pertencia aos *whigs*, os quais apoiavam a aristocracia com intuítos reformistas.

Em seu *Magnum Opus – Reflexões* – o autor parte do pressuposto de que a sociedade, como um sistema social, era sagrada, pois ela adivinha de um elo perene com Deus; histórica, pois era o resultado de um desenvolvimento social e tradicional, pois foi consolidada sobre costumes britânicos que foram morosos na adaptação à sociedade. Foi exatamente assim que se iniciou a mentalidade na atmosfera britânica de um

[...] burkeanismo difuso, com suas referências à ideia de instituições políticas bem-sucedidas que resultavam de reformas lentas; sua imagem favorita da mudança constitucional como promoção de reparos e acréscimos paulatinos a uma antiga construção herdada, e sua recomendação do respeito pela tradição como parte fundamental da sabedoria política (COLLINI et. al., 1983, p. 20).

conforme aponta Cardoso (2015) Burke foi pioneiro a estruturar de uma forma coerente o que décadas depois veio a ser uma teoria a ser abordada e alterada por diversos autores. De uma forma geral e para uma questão didática e metodológica, pode-se afirmar que a nascente das ideias conservadoras clássicas se inicia no ano da Revolução Francesa e tem seu término no início da Primeira Guerra Mundial, desembocando no pensamento de Oakeshott (1901-1990).

Se de certa forma é difícil abarcar e tornar homogêneo o conservadorismo, por outro lado, é, de certa forma, fácil encontrar ideias e conceitos que se tornam frequentes nas obras de autores conservadores, por assim dizer. Segundo Muller (1997) é patente que os seguintes ideais gravitam em torno do núcleo do pensamento conservador:

1. Ceticismo em relação à eficiência de constituições escritas em detrimento de costumes e hábitos;
2. Papel dominante das práticas culturais e morais como mecanismos de freio às paixões humanas;
3. Ceticismo em relação a projetos de liberação dos indivíduos das autoridades socioculturais;
4. Ênfase na família como instituição de socialização [...];
5. Proteção da propriedade privada como função principal da ordem política;
7. Importância do Estado como garantidor da propriedade e da imposição da lei, ou seja, a necessidade de manutenção da autoridade política (MULLER, 1997, p. 18).

Um conceito é reiterativo: ceticismo. Em torno deste conceito Oakeshott consolida uma de suas principais obras: *Política da Fé e a Política do Ceticismo*. Para Oakeshott o conservadorismo em si não é uma ideologia, a partir do fato de que não foi sistematicamente elaborado. Para o autor, o conservadorismo seria mais uma propensão do que um sistema filosófico hermético. Para ele, não existia uma concepção de sociedade previamente acabada para ser imposta à realidade, mas, ao contrário, a questão era partir da realidade tal como ela é e levar em considerações as instituições que mostraram resultados práticos, patentes e, necessariamente, positivos. Neste sentido, a máxima conservadora se apresenta como a noção de que há algo que pode se

perder facilmente e, em decorrência disto, deve-se aprender a valorizá-la. Entretanto, conforme aponta Cardoso (2015), é vital frisar que Oakeshott reconhecia verdadeiramente a necessidade de mudanças, mas é certo que elas trarão perdas e talvez ganhos, o peso delas recai sobre os inovadores.

João Pereira Coutinho (2014) defende que, devido a todos estes conjuntos de fatores diversos que ampliam o conceito, a ideia e a concepção de conservadorismo em harmonia com a época, com o lugar e com o contexto sociopolítico em que ele surge, é simples compreender o motivo pelo qual ele pode passar pelo processo da interpretação simplória e superficial, da distorção destituída necessariamente de contexto e base teórica, da descaracterização intencional por parte de alguns de seus críticos ou simplesmente pela ignorância característica do senso comum ao lidar com a discussão política que é atemporal, principalmente quando temos em mente nosso país.

Trazendo, portanto, tal temática para nossa realidade, percebeu-se um movimento, ou um “fenômeno” (como alguns costumam afirmar) que deixou vários microcosmos da sociedade brasileira surpresos: a “nova direita”. A intensificação da representação da nova direita não foi algo restrito à América do Sul, pois foi algo que sucedeu também nos EUA e em alguns países do velho continente. Giumbelli (2018) ressalta que, o que deve ser ressaltado sobre isto é o fato de que, infelizmente, candidatos de direita com suas ideias, abstrações e discursos (mesmo que houvesse mudanças significativas em suas ideias) foram necessariamente associados – como sempre – ao conservadorismo: eis a questão que aflige os intelectuais do conservadorismo teórico ao qual esta pesquisa se dedica.

No Brasil, as tais vozes “conservadoras” que estão se intensificando em redes sociais, em movimentos de expressões de diferentes tipos (de protestos a blogs e lives) agremiam religiosos, reacionários, extremistas e fanáticos; todos em um invólucro falso do conservadorismo. De todas as mudanças que este novo quadro político trouxe, uma das principais questões emergentes e urgentes nas quais é essencial refletir é, como ressalta Chaloub (2016), até que ponto o surgimento e a associação desta tal ala conservadora ao conservadorismo teórico de tradição britânica são benéficos para o debate público e para os intelectuais e correligionários do conservadorismo esmiuçado nesta pesquisa.

Não somente em nosso país, mas também na América do Norte e na Europa Ocidental, termos como conservadores, conservadorismo, direita, direita extrema explodiram na boca e nos dedos de estudantes, jornalistas, analistas políticos, acadêmicos de diferentes áreas e etc após a vitória de Donald Trump nos E.U.A, de Bolsonaro no Brasil e de diversas figuras políticas europeias agremiando multidões com discursos nacionalistas sendo associados à expressões como o “levante da nova direita”, ou a “nova onda conservadora”, como aponta Machado (2018).

Quando olhamos para este tema tendo em vista o nosso panorama político atual brasileiro, é possível observar que um grave problema surge e se alastra pelos mais diferentes recantos da sociedade: a associação do termo conservador e conservadorismo às ideias pejorativas, desarticuladas, desconexas e superficiais, tendo em vista o fato de que o tema conservadorismo é complexo e difícil de ser abarcado em uma só concepção. Segundo Cardoso (2015), um dos principais erros existentes na esfera do senso comum brasileiro é abarcar no mesmo grupo de pensamento político os conservadores, os religiosos cristãos, os reacionários e a direita. Igualar o pensamento conservador à direita já é um erro comum próprio e característico de quem por si só não buscou entender o processo de construção e de mudanças do pensamento conservador para ganhar suas representações atuais.

Para Machado (2018), um dentre os vários motivos pela qual há uma imensa confusão tanto no meio intelectual brasileiro quanto na cultura do senso comum em relação ao tema do conservadorismo é o fato de que na história de nosso país houve uma ausência significativa por parte dos intelectuais no debate público sobre tal tema, principalmente no momento de traduzir as raízes deste pensamento para o público interessado. Assim, é difícil pensar em intelectuais brasileiros declaradamente conservadores em séculos passados que produzissem obras relativas a tal tema. Por mais que exista o argumento de que as mazelas sociais brasileiras não permitissem este tipo de contato entre o povo e os intelectuais, a autora defende a ideia de que mesmo em países mais pobres que o Brasil, os intelectuais conseguiram, através de um esforço titânico, driblar as mazelas para aliciar o povo para o debate público sobre temas emergente na política.

Quadros (2015) ressalta outro aspecto de suma importância que deve ser registrado aqui são as figuras abismais e insólitas que o Brasil possui que estão inseridas na política atual e que disseminam ideias pejorativas e que acabam influenciando o povo a ponto de corromper o verdadeiro significado do que é ser conservador e o que é o conservadorismo.

Outra questão de suma importância para compreender o porquê existe a banalização em relação ao conservadorismo em nosso país é que um dos aspectos que mudou drasticamente em nossa política desde a redemocratização foi o mapa religioso. Com cada vez mais peso no congresso e no meio da população, os evangélicos hoje lideram uma das maiores bancadas dentro do congresso, possuindo vozes em diferentes meios midiáticos e em diferentes lugares na política brasileira. Para Cowan (2014), o perfil deste político é o militante panfletário no que diz respeito à apologética do protestantismo como meio de elevação moral para o homem no tempo em que vivemos. Por meio de jargões bem caricatos tais como “irmão vota em irmão”, as igrejas protestantes no Brasil conseguiram agremiar uma voz homogênea com bandeiras específicas e características em relação a temas que vão do aborto, passando pelo casamento gay até mesmo à pena de morte, tudo isto através de um marketing bem estruturado com a logo do conservadorismo e de serem conservadores.

Neste sentido, Cowan defende a ideia de que nada mais natural do que o aumento significativo de pastores ganhando voz na política e de políticos ganhando vozes na religião, tudo isto com o Estado Laico como pano de fundo. O momento crucial que não deve ser perdido nesta análise é o fato de que por pura associação, o estudante, o analfabeto, o intelectual mal informado, o jornalista, o pai de família, a mulher que foi estuprada, o criminoso pária da sociedade, a classe pobre do país, todos, por uma inércia de pensamento que foi construída paulatinamente para chegar onde se encontra hoje, imaginam que a figura do conservador é, antes de tudo, uma voz religiosa ortodoxa e radical que não vê na realidade atual o que ele considera ser correto.

Assim, levando em consideração todos estes fatores, em nosso país é natural que um grupo dito conservador faça declarações de cunho pejorativo ao grupo LGBTQIA+, ou ao aborto, ou à pena de morte, ou ao feminismo, ou outras representações religiosas e outros temas diversos. Em suma, por todos estes fatores, cria-se um pudor em torno da declaração pública

em nosso país ao se auto afirmar conservador. Por conseguinte, a banalização que ocorre com quem se afirma conservador é fruto indireto de outros grupos que se associaram intencionalmente a um rótulo que, quando temos em mente a tradição conservadora britânica, não possui um sentido teórico, apenas um sentido característico de uma cultura específica de um país.

Conforme Coutinho (2014) ressalta, não existe conservadorismo, mas sim conservadorismos. A ideia de que é necessário ressaltar o contexto da pluralidade do pensamento conservador ainda é pouco propagada tanto na atmosfera do senso comum, quanto nas universidades que, no final, acabam se igualando em questão de ignorância ou conivência.

Na linha de raciocínio de Souza (2015), a grande questão a ser esmiuçada quando se tem em mente o pensamento conservador é o esclarecimento do que ele realmente significa, quais são os seus ideais, o que ele implica quanto ao indivíduo e à sociedade. Atualmente, as pessoas ficam emaranhadas nas teias do senso comum, atrelando liberalismo e pragmatismo ao conservadorismo.

De acordo com Lynch (2017), é necessário que haja um desenvolvimento quanto à pesquisas e obras que preparem o campo intelectual público brasileiro tornando-o fértil e fecundo para os verdadeiros ideais conservadores se disseminarem. Um ambiente salubre na qual possa haver espaço para pensamentos políticos diversos se confrontarem de uma forma honesta e clara só será possível através de pesquisas que visem o esclarecimento ao público interessado.

## **2. Materiais e métodos**

A pesquisa em questão buscou sua consolidação através da revisão bibliográfica. Segundo Silva e Menezes (2001, p. 37) ela “resulta do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos”. Esta metodologia possibilita uma localização mais exata dos escritores e autores que já esmiuçaram a problemática, sem perder de vista as demandas atuais em relação ao tema.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a revisão teórica ocorre quando a problemática a ser investigada já está previamente alocada dentro de um arcabouço teórico já consolidado. Entretanto, as autoras preconizam que, na maioria das vezes, é necessário que haja, por parte do autor da pesquisa, zelo no momento em que se analisa o quadro atual do problema. Demandas surgem, novos quadros dos fenômenos apresentam novas características a serem analisadas. Para estabelecer o tema, é necessário que haja uma precisão cirúrgica, estancando possíveis ambiguidades e dúvidas que possam estar no oculto do aparente.

De acordo com Santaella (2001), é neste exato momento em que há a necessidade e a emergência do autor desenvolver sua capacidade para questionar e argumentar, sempre buscando as perguntas pertinentes sobre o tema em questão e nunca perdendo de vista o fato de que o processo de revisão bibliográfica é um processo de caráter crítico, tendo como escopo a pergunta que se quer objetar.

Segundo Goldenberg (1999), a pesquisa qualitativa não se antagoniza à pesquisa quantitativa. É errônea a concepção de que ambas estão essencialmente separadas. Entretanto, o pesquisador que adota a pesquisa qualitativa acaba por fazer oposição ao modelo positivista, principalmente quando se quer pesquisar em campos sociais. Para Minayo (1993) a pesquisa qualitativa se volta para representações, significantes, significados, símbolos, valores e códigos que, de forma geral, não podem ser captados por um processo fixo de variáveis.

A partir de todos estes fatos, a pesquisa em questão se constituirá utilizando o método de revisão bibliográfica e o modelo de pesquisa qualitativa. Em um primeiro momento, será feito um levantamento bibliográfico acerca do tema conservadorismo, como ocorreram as transformações na linha histórica e como ele se apresenta como representação no Brasil. Haverá também uma investigação de como se constitui o aparente conservadorismo brasileiro e o quanto ele destoa da tradição britânica conservadora. Ao final do processo, será apresentado o relatório de conclusão contendo as informações obtidas no processo de pesquisa.



### 3. Resultados e discussões

#### 3.1 Burke: a égide da religião como tradição

Para Souza (2015), discorrer sobre Burke e suas Reflexões significa adentrar à temática da tradição. Segundo o próprio, o abismo que diferenciava a Revolução Francesa da Revolução Gloriosa era que esta manteve o DNA de uma tradição já estabelecida e que correspondia aos pilares de uma sociedade tal qual existia na Inglaterra. Nesta lógica, isto implica em compreender, por consequência, que aquilo que acontecera na França em 1789 fora um surto que subverteu o que havia de mais hegemônico e sagrado em uma sociedade. Na análise deste autor, se os franceses queriam construir uma nova sociedade idealizada pelo que o povo almejava através dos valores que a bússola da razão iluminista apontava, os ingleses venceram por objetivar conservar a cultura de seu passado ao máximo, tendo em mente o seu presente, sem perder de vista o horizonte de um futuro próspero. Neste contexto, Burke cria um paralelo comparativo entre as figuras caricatas do revolucionário francês e inglês ao afirmar que a figura do revolucionário inglês almejava “preservar as leis e as liberdades antigas e indiscutíveis, como aquela constituição antiga do governo que é, para nós, a única coisa que assegura a lei e a liberdade” (HIMMERLFARB, 2018, p.16).

De acordo com a análise de Kirk (2018), Burke tinha plena convicção de que traçar as linhas do futuro prescindindo das linhas do passado é o caminho certo para a deterioração de uma sociedade. Este pensamento é tão direto e reiterativo em Burke que se torna o epicentro para compreender algumas de suas ideias mais características. Assim, por mais incomum que isto possa parecer a ouvidos contemporâneos, o passado possui um valioso papel não apenas para dar credibilidade ao processo da revolução e do que ela almeja reivindicar, mas também por validar as perspectivas do futuro da sociedade.

A partir deste ponto, é perceptível o quanto os revolucionários franceses queriam apagar, a qualquer custo, de sua história e suas tradições, o poder que a tradição da Igreja impunha e representava para uma sociedade que desembocava na era do Iluminismo. Por conseguinte, nada mais natural do que

abraçar a razão de modo radical em detrimento da religião. É compreensível, porém, e até mesmo previsível, que a sociedade europeia tomasse tal rumo na mudança do paradigma de pensamento devido à Idade Média. Burke já havia feito tal prognóstico em sua obra ao discorrer que um dos principais riscos (caso a revolução conseguisse atingir as bases do cristianismo na França) era a de que o espaço que a Igreja deixara seria preenchido por alguma “superstição grosseira, perniciososa e degradante” (HIMMERLFARB, 2018, p. 18).

Poucos anos depois o culto da razão já havia se estabelecido como o paradigma dominante na era das luzes. Entretanto, de acordo com que Souza (2015) afirma, Burke insistia em lembrar em como a tradição da Igreja era algo necessário à sociedade.

Neste ponto, é necessário deixar claro o que seria a concepção de Igreja que Burke possuía. Segundo Himmelfarb (2018), Burke concebe a igreja como aquela que deveria ser independente do Estado, mas ao mesmo tempo o integrava de forma a manter uma relação harmoniosa na qual as duas entidades mantinham-se em uma relação mútua de forma que, se uma fosse atingida, a outra também seria. Burke consolida uma relação diretamente proporcional entre ambas no que diz respeito à longevidade daquelas. Daí o fato de ele entender que a sociedade francesa se inclinaria à sua própria derrocada com o abaulamento que a Igreja sofrera.

Para os não iniciados às obras de Burke, ouvir tais afirmações podem causar desorientações principalmente no que ele afirma sobre a religião. Contudo, o autor é exímio ao mostrar que construir a apologética da Igreja Apostólica Romana não levava necessariamente à intolerância para com as outras religiões, principalmente pelo fato de que a Igreja a qual os ingleses possuíam era tolerante às outras formas de representações religiosas. A máxima que ele preconizava com total segurança é que onde há uma cultura saudável de respeito para com outras formas de religiões diferentes do cristianismo – que era hegemônico na época – há também um respeito para com a Igreja e a sua contribuição como papel ativo na sociedade em manter aqueles “elos racionais e naturais que vinculam, ao divino, a compreensão e afeições humanas” (HIMMERLFARB, 2018, p. 18).

### **3.2 Burke e o ideal da cavalaria**

De acordo com o que Quijano (2005) expõe, muitos críticos literários afirmam que uma das características mais belas de Dom Quixote é a dúvida quanto à loucura ou à ausência de razão nesta personagem tão querida e amada ao lutar contra moinhos de ventos com seus ideais da cavalaria em um tempo em que esta já se desfazia como fonte de tradição para um país em mudanças.

Desta forma, Kirk (2020) deixou claro que nada mais natural que alguns críticos ferrenhos de Burke afirmassem que sua propensão aos grandes ideais da cavalaria seriam apenas miragens de um crítico que não se adequava às mudanças radicais que aconteciam na sociedade francesa. Apesar desta crítica lançar sobre este autor um certo tipo de ressentimento de uma aristocracia golpeada pela Revolução, é compreensível que alguém na posição do autor pudesse ter tal visão sobre o processo revolucionário.

A cavalaria aristocrática nunca cogitaria que em algum momento da história a revolução tomasse as proporções de forma tão abrupta e ferrenha a ponto de erradicar homens segundo o próprio Burke, galantes e de uma honra pré-estabelecida por uma forte tradição genuína. Como apontado por Himmelfarb (2018), Burke, diferente de Quixote, não era tão ferrenho a ponto de não admitir que sua visão de mundo não acabara; admitia, com todas as forças de maneira a persuadir quem o lia, que a sociedade sem a cavalaria perderia não apenas uma classe de homens “honrados”, mas também a honra, a reverência, a lealdade e a galantaria que não serviam apenas a figuras da realeza, mas também a uma liberdade superior que poucas sociedades conseguiram gozar em sua história.

### **3.3 Oakeshott: notas ao vocabulário político ambíguo**

De acordo com Cardoso (2015), Oakeshott foi um dos poucos autores a analisar a história da política e a afirmar que, de modo geral, sempre houve dois aspectos, duas visões políticas que se mantinham em constante contraste na era moderna, mas que transmudavam-se, que se tornavam

diversas no processo das mudanças históricas, cada qual de acordo com a sociedade e a cultura na qual nasciam, variando, obviamente, suas formas de representações.

Sincero e genuíno, o autor mostrava sua humildade intelectual (por assim dizer) ao demonstrar, com uma preocupação claramente visível, que um dos grandes problemas da política é que ela se torna traiçoeira no momento em que adentramos em seu vocabulário que tende a ser insidioso. Assim, de acordo com o que Cardoso (2015) expõe, este aspecto é chave para discorrer sobre sua visão de política antes de pensar em expressões próprias e específicas em suas obras, tais como: “política da fé” e “política do ceticismo”.

Por mais improvável que possa parecer, Oakeshott afirma que esta ambiguidade (que pode se tornar um verdadeiro empecilho tanto para discussões mais rasas quanto para discussões mais complexas) pode ser tão benéfica quanto maléfica quando pensamos no quesito prático. Segundo Nisbet (1987), Oakeshott prefere aprofundar a análise que os efeitos negativos que a ambiguidade traz para uma conceituação do que seriam posturas ditas conservadoras ou, como ele mesmo preferia utilizar: a “disposição conservadora”.

Nesta reflexão, a ambiguidade seria um verdadeiro entrave para estabelecer uma linha de raciocínio clara e coerente sobre os termos e conceitos da política, o que levaria, segundo o próprio autor, a uma obstrução direta daquela. Cardoso (2015) deixa claro que, antes de qualquer tipo de crítica que possa surgir ao analisar este recorte no pensamento de Oakeshott, é necessário deixar claro que o autor não pretendia construir uma crítica à ambiguidade, tampouco estabelecer métodos que a resolvessem dentro de uma ideologia política, mas sim compreender o quanto ela afeta o debate político no momento em que ele surge. Dito isto, fica claro para Souza (2015) que Oakeshott começa a defender a ideia de que a ambiguidade não deve ser compreendida de maneira simplória como uma simples vilã, mas sim como um fenômeno que caminhou lado a lado do vocabulário político dinâmico que se estabelece para estruturar duas visões políticas de mundo que, em alguns momentos da história, se tornam quase aparentemente iguais.

Em Oakeshott (2018) se torna evidente a ideia de que o vocabulário, as palavras e as ideias políticas foram e são simplesmente

utilizadas de forma ativas por dois senhores que caminharam lado a lado na história da humanidade nos últimos cinco séculos de forma que, em alguns momentos, um senhor segura a tocha do vocabulário a seu bel prazer e, em outros, a tocha é passada para o outro. Assim, Oakeshott pretende descaracterizar a ideia de que o vocabulário político é um fator isolado que macula o debate político de forma consciente e intencional; ele não intenciona, é apenas intencionado.

### **3.4 Oakeshott: a ambiguidade a serviço de “dois senhores”.**

Para atestar o que afirma sobre a questão do vocabulário e suas diversas contextualizações, Oakeshott (2018) revela um recorte histórico na antiguidade romana. Existia uma expressão - *salus populi suprema lex esto*<sup>1</sup> - muito utilizada na tradição romana e que acabou sendo utilizada constantemente na tradição europeia e, no latim, geralmente é associada a contextos de prosperidade, abundância, bem-estar e salvação. *Salus* era uma deusa romana que representava as diversas personificações do tempo, da saúde, da prosperidade e do bem-estar público. A palavra *salus* era naturalmente atrelada ao bem-estar da população romana. Entretanto, por mais inimaginável que se poderia imaginar, a expressão aqui mencionada foi utilizada por Cícero (106 a.C – 43 a.C) de modo muito mais restrito e peculiar a ponto de subverter e recontextualizar a expressão, transformando-a num sentido militar, como também relacionado à sobrevivência. Oakeshott caminha nesta linha de raciocínio para mostrar que a expressão, quando a serviço da política do ceticismo, nos remete ao socorro urgente que se apresenta perante a ameaça da “extinção”. Desta forma, quando a população romana se encontrava em um perigo eminente com seus inimigos em seus portões, seus generais se tornavam a *salus populi suprema*. Para Oakeshott, este seria o exemplo perfeito para dimensionar, exemplificar e validar a sua disposição conservadora ao analisar a ambiguidade do vocabulário que se torna pertencente à política da fé e à política do ceticismo.

Assim, para o autor, a expressão que possuía diversas concepções recheadas de adornos ideais desconstruía-se completamente ao confrontar uma

---

<sup>1</sup> Traduzido do latim como “seja a salvação do povo a lei suprema”.

situação da realidade mundana. Ao invés do ideal, a expressão acabava por priorizar o real, ao invés das diversas abstrações, dava atenção e espaço para a política do ceticismo, que sempre se atenta às pessoas físicas, às pessoas reais que enfrentam o ônus de mudanças drásticas na realidade em detrimento das abstrações do que é o homem, sua constituição filosófica e outras abstrações da mente.

### **3.5A política da fé e a política do ceticismo na arte de governar para Oakeshott**

Segundo Oakeshott (2018), a política da fé vê na oportunidade de governar a oportunidade perfeita para alcançar o que ele afirma ser a perfeição da humanidade. Os sectários deste tipo de política carregam consigo um “otimismo cósmico” que é projetado sobre o universo, as pessoas e os fenômenos da vida de maneira geral.

Na política da fé, há uma mentalidade arraigada em sua concepção de mundo que afirma que a perfeição humana não deve ser apenas buscada, mas que também não há como o ser humano depender somente da salvação da humanidade pelos caminhos da fé e da religião. Assim, Quadros (2018) afirma que em Oakeshott, na política da fé, a fé não está no poder da religião, mas sim na capacidade do homem em mudar a realidade à sua volta visando assim a perfeição, visto que ela é possível ao plano da realidade.

Para Oakeshott, a política da fé bebeu da fonte do pelagianismo<sup>2</sup>. Como consequência desta premissa, a afirmativa de que a perfeição deve ser granjeada é validada pela ideia de que ela será, em algum momento, conquistada por dedos humanos. Para que tal pensamento faça sentido, é necessário que a política da fé tenha também como princípio o fato de que o ser humano seja fruto direto de circunstâncias e que através do poder da escolha – grosso modo o livre arbítrio – ele conseguirá galgar níveis morais mais altos.

---

<sup>2</sup> Doutrina baseada em Pelágio, um monge britânico do século IV que minimizava o papel da graça divina e do pecado na vida do homem. Dessa forma, o homem, por meio do livre-arbítrio, seria o maior responsável por sua salvação.

Dentro de todo este contexto bem específico e singular, a política da fé entenderá o governo não apenas como uma entidade para tomar decisões comuns como educação, saúde e segurança, mas sim como uma ferramenta para se chegar à verdade, à perfeição, prescindido, portanto, de qualquer tipo de embargo que seja destoante deste tipo de mentalidade, para, no fim, a verdade prevalecer. Portanto, Oakeshott deixa claro que, na política da fé, o governo será, para todos os efeitos, “onipotente”.

Em pleno contraste com essa visão, surge a política do ceticismo. Seguindo a linha da perfeição humana como algo factível na realidade mundana, há, segundo Oakeshott, dois momentos em que se pode analisar a política do ceticismo: uma, com uma visão radical e a outra com uma visão mais moderada.

Para Lynch (2017), em tempos estritamente modernos, há como dimensionar a política do ceticismo através de uma de suas raízes radicais na qual a dúvida toma contornos radicais e estridentes. No caso da perfeição humana, tal dúvida radical traria a ideia de que a perfeição humana propriamente dita já é em si uma ilusão. Em uma concepção não tão radicalista, há a ideia de que o ser humano pouco sabe sobre si e a condição da sua própria perfeição e, com isso, seria totalmente imprudente relacionar tal condição à arte de governar.

Oakeshott prefere o caminho mais brando que a dúvida radical que pode levar também a extremismos. Para o autor (2018, p. 68)

o cético na política observa que os homens vivem em proximidade uns com os outros e, ao perseguirem várias atividades, podem entrar em conflito. Quando alcança certas dimensões, esse conflito não apenas torna a vida bárbara e intolerável, como pode extingui-la abruptamente. Portanto, a atividade de governar subsiste não porque é boa, mas porque é necessária.

Desta maneira, a política do ceticismo se inclinará sempre à prudência em relação a projetos que objetivam obter abstrações ideais de como deveria ser uma sociedade e em relação a uma concepção ideal do que deveria ser o homem. Assim, a política do ceticismo se mantém na prudência em relação ao quanto o governo pode ser intrusivo na vida dos cidadãos, e o quanto de poder ele deve ter para operar além de sua funcionalidade estritamente prática nas questões da vida humana. A política do ceticismo segue

Acreditando que assim como o alho na cozinha, o governo deve ser utilizado de forma que apenas sua ausência seja notada, a desconfiança do cético é imediatamente despertada pela atividade intrusiva. Contudo, ele não tem dúvida de que a ausência do governo seria notada (Oakeshott, 2018, p.74).

Em suma, Quadros (2015) deixa claro que para Oakeshott, na política do ceticismo a atividade de governar não é algo idealizado como uma ação espiritual que eleva o ser humano a patamares irreais, mas sim como algo totalmente necessário para que a sociedade não se perca em seus excessos. Neste contexto, os governantes da política do ceticismo não cairão na ilusão de acreditar que estão trazendo para si características de semideuses na terra – *dis te minorem quod geris, imperas*.<sup>3</sup>

### **3.6 Alguns autores conservadores na história do Brasil**

Na história filosófica e política de nosso país, os autores que, segundo Neves (2011), contribuíram para o pensamento político pouco são conhecidos e, no que diz respeito aos autores conservadores, esta máxima não é diferente. Um dos primeiros autores que declaradamente investiu em obras coerentes e de cunho conservador foi José da Silva Lisboa (1756-1835). Conhecido como o Visconde de Cairu, este autor foi influenciado de forma profunda por outro autor onipresente: Edmund Burke.

Natural da Bahia, Lisboa contribuiu de forma maciça para o contexto econômico e político do Brasil oitocentista que acabara de receber a família real. Neste momento da história de nosso país, Cairu vai se destacar em meio a um cenário de consolidação do governo de Dom João VI.

Influenciado também por Adam Smith, o Visconde almejou harmonizar o liberalismo com suas singularidades devidamente brasileiras, de acordo com a união, dentro dos possíveis limites, que conservaria e, ao mesmo tempo, inovaria a política e a economia.

Os esforços do Visconde trouxeram resultados teóricos que devem ser citados, principalmente pela fecundidade de obras escritas sobre temas que, direta ou indiretamente, tocavam no tema do conservadorismo e do liberalismo

---

<sup>3</sup> “Visto que você se comporta como inferior aos deuses, você comanda”.



e temas gerais ligados à economia. O conservadorismo de Lisboa (1975) se validava a partir da coerência de seus pensamentos e a clara aproximação com o ideário político de Burke.

Em *Estudos do bem comum e economia política* (1975), Cairu apresenta Burke como sendo capaz de oferecer uma possível reforma econômica, pois cita Burke como um dos principais autores a se debruçar sobre a temática da alta dos preços nos produtos primários de subsistência que se alastrou pela Inglaterra no ano de 1795. Desta forma, para o autor brasileiro, Burke foi um dos principais responsáveis por livrar a Inglaterra de “funestos princípios da Revolução da França, com que livrou a seus país de ser precipitado no caos das desordens e misérias da anarquia e tirania” (LISBOA, 1975, p. 71).

Outra figura proeminente que, por muitos autores é chamado de “vira casaca”, foi o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que atuou como liberal no Brasil Imperial até a abdicação de Dom Pedro I; porém, no final do período da Regência, Vasconcelos se torna um conservador do “regresso”. De acordo com Mattos (1999), um de seus principais feitos foi em 1828, quando sugeriu – e fez ser aprovada - uma tarifa para o Brasil de liberalização do comércio no horizonte internacional. De forma, direta, o imposto na época igualou as taxas alfandegárias ao que já havia sido ofertado aos britânicos, porém, sem a exigência de condições para ganhar tal benefício. Vasconcelos acreditava que tal intervenção atrairia investimentos significativos para o Brasil. Entretanto, o real resultado foi um decréscimo nas quantias que o governo arrecadou.

O lado liberal de Vasconcelos ficou característico no ato adicional de 1834, que deflagrou na descentralização do consolidado poder do Império durante a Regência. Neste sentido, surge a força das assembleias provinciais no caráter legislativo, principalmente em relação às contribuições monetárias.

Na linha de raciocínio que Silva (1998) constrói, seu lado conservador retorna quando, nos últimos anos da regência, passa a defender a ideia da centralização do poder. Para Vasconcelos e outros conservadores, tal medida seria a única capaz de conter as revoltas provinciais, evitando a fragmentação territorial do país. Desta forma, em 1840 ele defenderá a lei que reinterpretará o ato de 1834 para reverter todas as medidas descentralizadoras que foram construídas por ele próprio, em 1830. Todavia, antes de uma crítica

orgânica ser tecida sobre este comportamento de guinada que, felizmente ou infelizmente o marcou, é necessário observar que, num contexto de uma figura política estritamente conservadora, tal comportamento pode ser considerado necessário.

Como já dito anteriormente, o político conservador é aquele que se atenta ao real, às verdadeiras pessoas que sofrerão com as mudanças políticas, econômicas e sociais de um determinado tempo. Desta forma, a postura conservadora de Vasconcelos se estabelece no momento em que ele observa como as revoltas poderiam ser desastrosas para um país em construção, e mesmo assim se atenta a uma mudança de postura que, segundo sua visão, seria melhor para o futuro do país sem deixar de lado seu passado e o presente.

### **3.7 O conservadorismo no Brasil atual**

Nem todo conservador reflete da mesma maneira sobre o Brasil. Essa é a realidade que Machado (2018) expõe num primeiro momento, antes de refletir sobre o tema do conservadorismo em nosso país. Dito isto, um dos primeiros problemas que o debate brasileiro sobre o conservadorismo precisa vencer é este: não se pode reduzir o conservadorismo no Brasil a uma mentalidade homogênea e sobre ações uniformes em seus propósitos. Como consequência, já que a primeira premissa é verdadeira, a segunda premissa vem como efeito para quem investiga o conservadorismo em nosso país: é necessário diferenciar quais são as várias representações que o conservadorismo pode tomar em nossa sociedade.

Para Starobinsky (2016), existe uma antiga maneira de se atrelar a posição política do indivíduo que se diz conservador através de duas sensações: a nostalgia e a melancolia. O nostálgico encara o fator da inflexibilidade do tempo almejando aquilo que já não existe mais em um presente que muda constantemente e de maneira célere. O melancólico, por sua vez, não consegue superar o sentimento de perda e o vazio que ele deixa e, como consequência, atrela sua perda diretamente à insegurança de um futuro anuviado por diversas incertezas.

Assim, os melhores exemplos de países para se analisar tal fenômeno são os países desenvolvidos que encaram crises. Desta maneira,

Machado (2018) afirma que é perceptível verificar a melancolia, o conservadorismo, o nacionalismo e a nostalgia. Não por acaso, nos anos posteriores à crise de 2007, os políticos nacionalistas dos países como Estados Unidos e China lutaram bravamente levantando a bandeira de um nacionalismo nostálgico e que almejava a todo custo um passado cheio de glória e esplendor. Neste exemplo aqui citado, o que estava acontecendo era que os cidadãos viviam sob um sentimento constante de perda de sua própria nação.

Diferente do sentimento de nostalgia, os países emergentes vivem um contexto totalmente heterogêneo que os leva a uma posição dita conservadora, num sentido bem distante do que foi citado em relação aos países desenvolvidos.

O Brasil, por exemplo, possui uma história colonial bruta que marcou demasiadamente seu desenvolvimento. Há alguns anos, o Brasil era visto como o país do futuro, já que as outras nações enxergavam em nosso país um futuro promissor e um horizonte positivo: um devir nação. O choque brutal que acontecera foi que, neste século, ele se torna um país emergente. Da ascensão econômica que marcou profundamente, à primeira década, o Brasil despenca na desesperança de ver-se como emergente. Assim, tanto nos espectros políticos à esquerda, quanto à direita, o sentimento de crise se instalou sistemicamente em toda a nação. Entretanto, por mais que o sentimento de crise fosse geral, a representação política que os indivíduos adotaram se diferenciou em classe social, geração, religião e posicionamento político. Desta forma, ocorreu o processo multifacetado em relação à representação política dentro do grupo brasileiro que se diz conservador.

Intrínseco a este recorte social e cultural, emerge a melancolia de grupos brasileiros que se dizem conservadores, negando todo tipo de representação política e social que surgiu paulatinamente neste século: o movimento da luta negra, o movimento da LGBTQIA+, o movimento feminista que toma cada vez mais força e muitos outros grupos. Esta guinada qualitativa na representatividade da população brasileira do século XXI faz estremecer o *status quo*. A grande questão aqui a ser decifrada é que este *status quo* possui sua égide em grupos religiosos de cunho cristão, que ganha representatividade através de jargões como a “família tradicional brasileira”.

No epicentro deste contexto, surge o embate entre determinado grupo que almeja e acredita que a representatividade em nosso país ainda é ínfima, e o grupo que possui um receio estratosférico sobre as mudanças que estão ocorrendo, atribuindo o ônus de uma possível perda da moralidade, dos costumes e da crise ao primeiro grupo. Este segundo grupo citado, é aquele que ferozmente se nomeia como conservador.

### **3.8 A banalização por excelência**

Quando buscamos a etimologia da palavra banal, verificamos que ela é um galicismo que, no contexto histórico da época, fazia alusão a algo pertencente aos senhores feudais, nos quais os vassallos emprestavam, pagando, com isto, algo trivial, comum. Para Cunha (2010), tal palavra, ao adentrar no vocabulário da última flor do Lácio, adquiriu um caráter denotativo associado também à ideia de algo corriqueiro e, em uma tradução mais livre, algo cotidiano.

Quando Arendt (1999) utilizou a expressão “a banalidade do mal”, foi criticada duramente pelo seu povo judeu, e também por intelectuais, jornalistas, historiadores e críticos literários. Esses críticos defendiam, segundo seu julgamento, que a autora mitigava o mal em sua origem. Entretanto, a conotação devidamente correta do que Arendt expressava era a de que o banal, como a maioria imagina, não pressupõe algo que seja comum, mas sim algo que esteja ocupando o espaço do que é comum. Neste sentido, para a autora, o mal em si se tornou banalizado por ocupar o lugar do comum no cotidiano das pessoas.

Desta forma, o termo conservadorismo não se tornou banal na boca dos diversos grupos políticos brasileiros por ser visto como um termo previamente trivial, mas sim por ser vivenciado na realidade brasileira atual como se fosse um termo comum. Desta forma, segundo Correia (2004), a banalidade não deve ser encarada a priori como um fato, mas sim como um processo. A banalidade não é o sinônimo da normalidade como a entendemos, mas se passa por ela, tomando seu lugar.

Como consequência direta, percebemos corriqueiramente em notícias, grupos políticos que possuem representatividade significativa em decisões de leis e emendas utilizando o termo conservador para um determinado fim, instigando, com isto, a banalização do conceito. Assim, é possível observar a proliferação de sectários deste aparente conservadorismo tomando conta das redes sociais, das ruas, das universidades, e vários outros recantos, fazendo-se valer de suas opiniões, consagrando a banalização do termo conservadorismo até o paroxismo.

Quando um político pertencente à chamada bancada evangélica afirma ser extremamente necessário adotar uma postura conservadora em relação ao aborto, por exemplo, ele não está se pautando em Burke ou Oakeshott, muito menos na prudência ou no ceticismo político; está, através da banalização do termo, tentando defender seu ponto de vista e seu credo, valendo-se de uma palavra atualmente banal, que ocupa o lugar do comum, para fazer-se claro ao povo, que desconhece a origem histórico e filosófica do termo. Da mesma forma, quando o jovem, o adolescente, ou até mesmo o adulto e o idoso afirmam que são conservadores, e por isto não apoiam a determinadas pautas, como a ideologia de gênero, não estão preocupados com a credibilidade de tal política no sentido que essa se enquadre como uma teoria de gabinete ou não, mas sim em reaver, num tom nostálgico, o passado - o qual muitos deles nem sequer viveram - que, na mente daqueles, possuiria certa ordem e decoro. Essa é a ideia que Cowan (2014) explicita e que dá lastro e contexto para o surgimento de expressões como a “família tradicional brasileira” e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que denotam certo nacionalismo de um possível devir nação.

Cria-se assim, para os não iniciados no assunto, para os que não conhecem as raízes do pensamento conservador, para aqueles que não leram os autores que consagraram o conservadorismo, uma sensação térmica de que os verdadeiros conservadores são aqueles que não aceitam políticas sociais, que não aceitam os Direitos Humanos, aqueles que almejam a pena de morte no Brasil, aqueles que são contra o aborto, aqueles que não querem a igualdade de gênero, aqueles que não querem cotas nas universidades, aqueles que não aceitam a igualdade de gênero, aqueles que são preconceituosos, aqueles que são religiosos radicais e assim por diante. Todo este processo tem sua gênese

na banalização do termo e do que vem a ser de fato conservador, pois, na falta de uma palavra específica para quem apoie ou concorde com o que foi citado acima, usurpou-se o termo ao qual esta pesquisa se dedica.

Em um possível horizonte futuro. como explicita Machado (2018), dificilmente surgirá um grupo político ou indivíduos que se afirmem conservadores no sentido restrito da tradição conservadora britânica, na qual diversos pensadores na história se debruçaram. Desta forma, o senso comum tomará conta e se perpetuará em discussões políticas tanto no meio acadêmico quanto fora dele por um longo tempo.

#### 4. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Discorrer sobre a política não é algo simples. Discorrer sobre uma disposição política que é vasta devido as mudanças que ela apresenta de acordo com o momento histórico, que muda conforme a interpretação do autor, que se torna singular devido ao país e a cultura que este apresenta, sofrendo interpretações múltiplas de diversos grupos políticos ou não geralmente associado ao senso comum, é complexo.

Pesquisar sobre um tema como este requer delicadeza de pensamento no que diz respeito a uma certa transigência, pois, do contrário, geralmente o pesquisador pode incorrer num erro comum: olhar para o passado com os olhos do presente, distorcendo-o e adulterando sua visão sobre os fenômenos históricos. Da mesma forma, se tentar explicar o passado com esgares do presente, pode ser mal interpretado.

Estruturar uma pesquisa tendo em vista esta consciência foi outro desafio a ser suplantado ao discorrer sobre o conservadorismo, principalmente observando suas características exóticas no contexto brasileiro atual, quando comparado ao conservadorismo de tradição britânica.

Em suma, acredita-se que essa pesquisa se manteve fiel aos objetivos que tomou por compromisso, sem com que isso levasse a um olhar parcial sobre a temática tratada. Preocupações acerca do futuro em relação ao conservadorismo no ambiente brasileiro seriam apenas possíveis hipóteses em um país que muda constantemente na atmosfera política. Nos demais, essa pesquisa manteve-se aos fatos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.
- CARDOSO, Felipe. **Notas sobre o conservadorismo Político de Michael Oakeshott**. vol. 24, n. 1, p. 12-28, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.24102>. Acesso em: 19 de mar 2020.
- CERVANTES, Miguel de Saavedra. **O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha**. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2002. Livro I.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza; Perlatto, Fernando. “**Intelectuais da Nova Direita no Brasil**: ideias, retórica e prática política”. Insight Inteligência nº 72, jan-mar 2016.
- COLLINI, S.; WINCH, D.; BURROW, J. 1983. *That noble science of politics: a study in nineteenth century intellectual history* Cambridge: Cambridge University Press
- CORREIA, Adriano. **Crime e responsabilidade**: a reflexão de Hannah Arendt sobre o direito e a dominação totalitária. *In*: DUARTE, André *et al.* (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- COUTINHO, João P. **As ideias conservadoras**: explicadas a revolucionários e reacionários. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- COWAN, B. “**Nosso terreno**’: crise moral, política evangélica e a formação da ‘nova direita’ brasileira”. *Varia História*, vol. 30, nº 52, 2014.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon; 4ª edição, 2010.
- DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura**: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GIUMBELLI, Emerson. “**A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil**”. *Religião e Sociedade*, v.28, n.2, p.80-101, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.



- HIMMELFARB, Gertrude. **A Imaginação Moral**. 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2018.
- KIRK, Russell. **A Mentalidade Conservadora**. 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2020.
- KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução Gustavo Santos, Márcia Chavier de Brito. São Paulo: Realizações, 2014. (Col. Abertura Cultural).
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LISBOA, José da Silva. **Estudos do bem-comum e economia política**. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.
- LYNCH, Christian. **Conservadorismo Caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil Oitocentista**. Lua Nova, São Paulo, 100: 313-362, 2017.
- MACHADO, Rosana Pinheiro; MAIA, Tatiana Vargas. **“As Múltiplas faces do conservadorismo brasileiro”**. In. Revista Cult, n 234, ano 21, maio, 2018.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec 1993.
- MULLER, Jerry. **Conservatism: an anthology of social and political thought**. New Jersey: Princeton University Press, 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=9F7i5u4sOtgC&oi=fnd&pg=PR13&dq=Conservatism:+an+anthology+of+social+and+political+thought.+pdf&ots=uqA7bl002B&sig=SjO08tbUHAZ5FRPozgb5yZarqYM#v=onepage&q=Conservatism%3A%20an%20anthology%20of%20social%20and%20political%20thought.%20pdf>.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et al. **Estudos da Historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ: FGV, 2011.
- NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Tradução M.F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. (Col. Temas de Ciências Sociais).
- OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. 2. Ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- OAKESHOTT, Michael. **A Política da Fé e a Política do Ceticismo**. 1. Ed. São Paulo: É Realizações, 2018.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. **“Conservadorismo à brasileira: sociedades e elites políticas na contemporaneidade”**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estud. av. vol.19 no.55 São Paulo Set./Dec. 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SILVA, António Martins da. **A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo**. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal. Volume 5: O liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.88 e p.89

SILVA, Edna Lúcia da: Menezes, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/2367267/DA-SILVA-MENEZES-2001-Metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de-dissertacao>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

SOUZA, Jamerson Murilo Anúnciação de. **O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. N 122, pp. 199-223. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>. Acesso em: 20 de mar 2020.

STAROBINSKI, Jean. **A tinta da melancolia: uma história cultural da tristeza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VENTURI, Francesco. **Utopia e reforma no iluminismo**. Tradução de Modesto Florenzano. Bauru: Edusc. 2003.